

Crescimento implica solução da dívida

Segue abaixo a íntegra do discurso da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na parte da tarde, na reunião do Fundo Monetário Internacional.

Em muitos países em desenvolvimento, o tema das políticas e perspectivas econômicas tem relação concreta com a situação e estratégia da dívida. A dívida continua a ser o principal problema da economia externa, particularmente na América Latina.

Compartilhamos a visão de que não há substituto para políticas econômicas saudáveis nos países endividados: tive a oportunidade de comentar sobre as reformas econômicas do meu próprio País na sessão da manhã. Elas são condição necessária, mas não suficiente, para o restabelecimento do crescimento em nossas economias. Os problemas internos e externos devem ser resolvidos simultaneamente. Assim, iniciativas complementares de amplo alcance continuam a ser cruciais, assim como são cruciais os esforços para a superação da crise da dívida. Mais concessões no que se refere à dívida bilateral oficial — inclusive redução de dívida — são necessárias. A Iniciativa para as Américas, lançada pelo presidente Bush, reconheceu o princípio da redução da dívida oficial; espero que a iniciativa possa ser aprimorada com a participação dos países endividados, enquanto iniciativas semelhantes sejam tomadas por outros países credores importantes. O Brasil, um dos maiores credores da Polônia no Clube de Paris, participou do consenso encorajador que reduziu a dívida daquele país. Seria lógico e certamente desejável estender o tratamento dado à dívida oficial da Polônia a outros países de renda média, bem como continuar a aplicá-lo a países de baixa renda.

Uma estratégia revigorada da dívida requer visão política por parte dos governos dos países industrializados a fim de que se efetuem mudanças adequadas nas regulamentações domésticas e que se apoie a ação oportuna de instituições financeiras multilaterais com vistas a abrir caminho para acordos mutuamente satisfatórios com os bancos comerciais. As instituições financeiras devem apoiar programas de estabilização e reformas estruturais de forma menos hesitante e com base em compromissos realistas. Os bancos devem abandonar a perspectiva de tentar maximizar seus ganhos

no curto prazo em detrimento de acordos mais estáveis com os países devedores. Após tantos anos de recriminações e negociações prolongadas devem-se estabelecer as condições para a solução duradoura da crise da dívida. Na América Latina e no Caribe, as nações devedoras têm adotado programas abrangentes de reformas internas na linha das recomendações do Fundo e do Banco Mundial. Apesar das diferenças nacionais, é impressionante o grau de similaridade desses programas. E, portanto, natural que os países da região esperem o apoio imediato dos governos dos países industrializados e das instituições financeiras multilaterais. O fator tempo é crucial, uma vez que tais reformas podem facilmente fracassar por falta de apoio imediato. As nações devedoras estão prontas a trabalhar intensamente com vistas a uma solução duradoura aos seus problemas de endividamento.

A dívida externa brasileira é hoje um problema do setor público. O setor privado registra nível reduzido de endividamento, que o capacita plenamente a efetuar pagamentos e, ainda, assumir novos compromissos. Por essa razão, o governo brasileiro decidiu liberar todos os pagamentos da dívida externa do setor privado a partir do dia primeiro de janeiro deste ano. Mais recentemente, duas empresas estatais financeiramente estáveis — Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce — foram também autorizadas a efetuar pagamentos de duas dívidas externas sem qualquer restrição.

A situação da dívida externa de grande parte do setor público é, entretanto, substancialmente diferente e está intimamente ligada a alguns dos problemas macroeconômicos mais sérios da década de oitenta. Para adquirir as divisas necessárias ao pagamento da dívida, o Estado foi frequentemente forçado a gerar moeda local mediante o aumento do endividamento interno ou, simplesmente, pela emissão de papel-moeda, realimentando, desta forma, a inflação. Além do mais, a fim de gerar grandes superávits comerciais, as exportações tiveram de ser estimuladas artificialmente mediante a adoção de subsídios, isenções fiscais e desvalorizações cambiais, enquanto restringiam-se as importações por meio de obstáculos administrativos de toda ordem e elevação de tarifas. O resultado final foi uma deterioração crônica das contas do setor público

e, com o superprotecionismo contra a competição externa, a ausência global de competitividade industrial, ocasionando a queda das taxas de investimento, além de estagnação e da tendência à hiperinflação. Esta é face sombria da década perdida.

O Brasil tomou, indubitavelmente, um novo rumo em direção à estabilização e à reforma estrutural. Mas as políticas necessárias à modernização do País só poderão ser consolidadas no longo prazo se nossos compromissos com todos os devedores, inclusive com os bancos comerciais, levarem em consideração as limitações fiscais que, embora declinantes, deverão continuar particularmente severas, antes que possamos retomar um crescimento sustentável. Nesse sentido, os problemas do endividamento doméstico e da dívida externa deverão ser enfocados simultaneamente, uma vez que ambos são expressões diferentes da mesma crise fiscal que precisamos superar a fim de alcançarmos a estabilidade financeira. Como havia mencionado durante a sessão da manhã, o Governo tem-se empenhado ao máximo, com resultados marcantes até o momento, no sentido de aumentar a capacidade do Estado para lidar com estes dois problemas semelhantes.

Por ocasião da Reunião Anual no ano passado, anunciei que o Brasil iniciaria brevemente as negociações com os bancos comerciais credores. Apesar das incertezas quanto aos preços do petróleo, as quais se estenderam até o mês de janeiro passado, progressos importantes foram alcançados.

A partir de janeiro, o Brasil iniciou o pagamento de 30 por cento dos juros correntes, relativos à dívida de médio e longo prazos do setor público. As regras atuais autorizam tais remessas até o final do segundo trimestre, mas o Governo pretende manter este nível de pagamentos até que as negociações sobre o estoque da dívida estejam concluídas.

A partir de primeiro de maio, todas as linhas interbancárias e comerciais, que o Brasil vem servindo regularmente, tornar-se-ão totalmente voluntárias, substituindo, assim, os acordos compulsórios existentes desde 1983.

Finalmente, em 8 de abril, o Brasil e o seu Comitê de bancos chegaram a um acordo quanto aos atrasados acumulados até 31 de dezembro de 1990. Este acordo, que contém características inovadoras, será imple-

mentado plenamente tão logo as discussões atuais sobre o protocolo referentes aos atrasados estejam concluídas e o Senado brasileiro se tenha pronunciado sobre a questão. Pelo acordo, o Brasil deverá pagar US\$ 2 bilhões em moeda, no decorrer deste ano, enquanto que o restante dos atrasados será transformado em bônus a serem emitidos, quando se chegar a um acordo sobre a dívida de médio e longo prazos. O progresso alcançado até agora demonstra que, a despeito da impressão equivocada de alguns, o Brasil está firmemente empenhado em resolver problemas da sua dívida externa com a maior brevidade possível.

Uma vez concluído o acordo sobre os atrasados, deveremos, imediatamente, iniciar as negociações referentes à dívida de médio e longo prazos do setor público. Espero que os governos dos países credores adotem posição construtiva em relação a essas negociações, considerando-se a perspectiva mais ampla que possuem sobre as vinculações entre débito, comércio, investimento e crescimento. Esses países podem, por exemplo, fazer adaptações em suas estruturas fiscal e legal, a fim de facilitar o processo da reestruturação e redução da dívida. Eles também poderiam auxiliar, mediante a adoção de atitude de apoio junto às instituições financeiras internacionais, as quais enviariam sinais positivos aos bancos comerciais.

Neste contexto, o Brasil deseja também chegar o mais brevemente possível a um acordo com o Fundo. Presentemente, uma missão do Fundo está visitando o País para consultas relativas ao artigo IV. As medidas já adotadas estabelecem uma base adequada para as próximas discussões. Mas as metas têm que ser realistas de modo a que possam ser plenamente cumpridas. Vamos buscar também, junto ao Banco Mundial e ao BID financiamento para projetos de ajuste estrutural de apoio a reformas setoriais em curso nas áreas de comércio e privatização, bem como apoio financeiro adicional de fontes bilaterais.

O Brasil está implementando reformas econômicas extremamente abrangentes e confia receber o necessário apoio internacional para dar sustentação ao esforço de estabilização econômica, de normalização das relações com a comunidade financeira internacional e de abertura de nossa economia para os mercados mundiais.